

Neste momento, quero dizer que com essa PEC a Casa faz justiça a servidores de São Paulo. Esposei essa tese na bancada, e acho que conseguimos, na bancada, chegar a um bom entendimento de que a PEC era importante, porque corrigiu uma injustiça para vários segmentos, e especialmente porqe desvincula do subsídio do agente político a vida de servidores.

É o que temos que ressaltar aqui. Agradeço muito a minha bancada, em nome do deputado Vinholi, que lidera mais recentemente, mas tem sido muito firme nos posicionamentos. Agradeço a todos os líderes que se posicionaram, a todos os deputados.

Faço menção muito particular ao deputado Campos Machado, que foi o grande guerreiro nesta luta. Tenho a absoluta certeza de que fica registrado seu nome nesta conquista, e tantas outras, pelo seu denodo, pela sua firmeza. Receba aqui, meu amigo e meu irmão Campos Machado, a minha gratidão pessoal, em nome da amizade que nos une há 25 anos, e também da categoria que represento, e de todas as outras que, de alguma maneira, sairão dessa injustiça.

Por último, agradeço ao deputado presidente Cauê Macris que, por dever constitucional, pautou, presidiu, mesmo que tivesse um posicionamento diferente da maioria esmagadora que estava presente nesta Casa. Receba também a minha gratidão.

O meu entendimento, que já presidi esta Casa, é que assim é que se preside. O presidente tem que estar acima de seus desejos pessoais, dos seus entendimentos pessoais, das suas paixões pessoais.

Portanto, quero aqui cumprimentá-lo, e toda a Mesa, e terminar dizendo: obrigado, amigo Campos, Deus te abençoe.

O SR. GILMAR GIMENES - PSDB – PARA COMUNICAÇÃO - Quero parabenizar nosso presidente, Cauê Macris, por cumprir o seu papel institucional, e no momento oportuno pautar a PEC 5, tão importante para esse grupo de trabalhadores, que aqui representam várias classes do estado.

Cumprimento, em especial, o grande amigo deputado Campos Machado, que encampou esse trabalho, que liderou esse trabalho, e lutou juntamente com vocês por meses e meses, aqui defendendo dia a dia essa representação pelos deputados, dizendo sempre sim à PEC 5.

Parabéns a todos os deputados que cumpriram o seu papel e vieram aqui, que se comprometeram e que honraram sua palavra para que a PEC 5 fosse aprovada. Parabéns a todos vocês por essa grande vitória!

O SR. LUIZ CARLOS GONDIM - PTB - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, peço a palavra porque assinei a PEC 5, como líder do SD, e neste momento votei “sim” à PEC5. Portanto, quero parabenizar todos os funcionários públicos, parabenizar V. Exa., que colocou a PEC 5 em votação e, principalmente, ao meu líder, hoje, Campos Machado. Parabéns a todos vocês.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, deputado Cauê Macris, apenas uma palavra: V. Exa. cumpriu o Regimento Interno e a nossa Constituição. Vossa Excelência recebeu um documento com assinaturas de 21 líderes, todos os líderes desta Casa. Quando tinham 20 assinaturas V. Exa. cumpriu o regimento, quando tinham 21 assinaturas, V. Exa. também cumpriu o Regimento Interno e, mais do que isso, cumpriu a palavra, me dizendo “Campos, quando a PEC 5 estiver rigorosamente em conformidade com o Regimento Inter-no eu vou pautá-la. E mais do que isso, para valorizar a Casa, convocou, hoje, duas sessões extraordinárias.

Por isso, meu caro presidente, esta não é a vitória de um deputado, não é a vitória de um bloco de deputados, posto que todos assinaram a propositura. Esta é uma vitória da Casa, desta Assembleia que V. Exa. jurou aqui defender quando tomou posse como presidente.

Essa não pode ser tida como a vitória de um parlamentar; não. E se V. Exa. não tivesse cumprido o Regimento Interno, que exercício iria pressioná-lo a pautar a PEC 5? Eu tinha tanta confiança, tanta certeza de que V. Exa., embora não fosse favorável ao mérito, ia cumprir o regimento, que nós fizemos um chamamento a todas as categorias da PEC 5: “Dia 5 vote a 5”. Tanta certeza nós tínhamos disso, que vieram pessoas de todas as partes do Estado e até de outros Estados, baseado apenas no compromisso que eu tinha de que V. Exa. iria seguir a lei. Não há ninguém que possa mais do que eu, não cumprimentá-lo, porque V. Exa. nada mais fez do que cumprir a lei. Disse V. Exa. para este deputado “eu não quero que você me felicite”, digo eu a V. Exa. “você merece ser cumprimentado.” Teve coragem, seguiu a lei, seguiu o Regimento Interno e pautou a PEC 5. Quem pautou a PEC 5 foram 70 deputados, a Casa inteira, Sr. Presidente, que só consegui vir aqui porque V. Exa. pautou a PEC 5 baseado no Regimento Interno, na Carta maior.

Desculpe presidente, mas nada mais tenho a dizer, a não ser que V. Exa. foi um cumpridor de regras regimentais e normas constitucionais.

Cumprimento o nobre deputado Carlos Cezar, que foi um dos primeiros signatários da PEC 5. Acontece que hoje ele é o líder do Governo. Portanto, há que se entender a posição dele.

Sr. Presidente, quero terminar cumprimentando esses guerreiros e guerreiras. Não se esqueçam do que eu sempre disse aqui “tudo vale a pena quando a alma não é pequena. ‘Dia 5 vote a PEC 5’”. Que Deus proteja os senhores e as senhoras.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, está encerrada a presente sessão.

\*\*\*
- Encerra-se a sessão às 20 horas e 39 minutos.
\*\*\*

## 6 DE JUNHO DE 2018 77ª SESSÃO ORDINÁRIA

**Presidência:** DOUTOR ULYSSES
**Secretaria:** CORONEL TELHADA

### RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - DOUTOR ULYSSES

Assume a Presidência e abre a sessão. Dá boas-vindas a alunos da Câmara Jovem de Itrirapina, acompanhados pelos vereadores Antônio Sanches, Fernando Olbrick, Elisabete de Oliveira, Fábio Belarmino e Ricardo Baldissera. Convoca os Srs. Deputados para uma sessão extraordinária a realizar-se hoje, às 19 horas.

2 - WELSON GASPARINI

Comenta, com preocupação, manchete do jornal "Folha de S. Paulo" sobre o crescimento de assassinatos de jovens no Brasil. Cita estatísticas acerca do assunto. Alerta para o índice atual de desemprego no País. Clama pelo empenho de todos para enfrentar a situação.

3 - CORONEL TELHADA

Rebate críticas de redes sociais contra parlamentares que votaram favoravelmente à PEC 5 ontem, nesta Casa. Tece argumentos a favor da propositura, que, a seu ver, valoriza os funcionários públicos de forma geral. Defende a aprovação da PEC 2/18, referente às diferenças salariais entre postos da Polícia Militar. Lamenta o assassinato do sargento do Exército Brasileiro Leandro Aguiar, no Rio de Janeiro.

4 - LUIZ CARLOS GONDIM

Discorre sobre problemas financeiros enfrentados atualmente pelo lamspe. Aponta para a falta de planejamento no setor. Faz sugestões para melhora da situação. Defende a duplicação da Rodovia Mogi-Dutra, pr considerar intenso o fluxo de veículos que passa pela estrada com destino ao litoral.

5 - CARLOS GIANNAZI

Manifesta apoio aos professores do município de Poá, em greve por aumento salarial e melhores condições de trabalho. Apela ao prefeito da cidade que atenda as reivindicações e valorize os educadores e demais servidores públicos do município.

6 - CARLOS NEDER LULA

Menciona que esteve presente na posse do novo diretor da Associação de Docentes da Unicamp, Wagner Romão. Cita que em seu discurso de posse, o diretor defendera a importância do resgate da Educação pública no País. Informa que, na ocasião, foram comunicadas as principais reivindicações da nova diretoria da Adunicamp. Tece considerações sobre a PEC 5 e seus impactos positivos para os professores universitários.

7 - WELSON GASPARINI

Pede o empenho de políticos da região de Ribeirão Preto em prol da transformação do aeroporto da cidade em aeroporto internacional de passageiros e cargas.

8 - CARLOS GIANNAZI

Tece comentários sobre o movimento de professores da rede particular de ensino da cidade de São Paulo, em luta pela manutenção de direitos. Adiciona que, por meio da mobilização, os educadores conseguiram reverter a extinção da convenção coletiva da categoria, que deve permanecer vigente até o final deste ano.

9 - WELSON GASPARINI

Pleiteia a valorização dos professores da Rede Estadual de Ensino pelo governador Márcio França. Destaca a importância da categoria. Defende a integração entre a família e a escola.

10 - WELSON GASPARINI

Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

11 - PRESIDENTE DOUTOR ULYSSES

Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária de 7/6, à hora regimental, com Ordem do Dia. Lembra a realização de sessão extraordinária, hoje, às 19h. Levanta a sessão.

\*\*\*

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Doutor Ulysses.
\*\*\*

O SR. PRESIDENTE – DOUTOR ULYSSES - PV - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

Convido o Sr. Deputado Coronel Telhada para, como 1º Secretário “ad hoc”, proceder à leitura da matéria do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO – CORONEL TELHADA – PP - Procedê à leitura da matéria do Expediente, publicada separadamente da sessão.

\*\*\*

- Passa-se ao

### PEQUENO EXPEDIENTE

\*\*\*

O SR. PRESIDENTE - DOUTOR ULYSSES - PV - Esta Presidência tem a grata satisfação de anunciar a presença e dar as boas vindas aos visitantes de hoje da Câmara Jovem de Itrirapina-São Paulo, acompanhados dos responsáveis, Sr. Antônio Sanches, vereador, Fernando Olbrick, vereador, Sra. Elisabete de Oliveira, vereadora, Sr. Fábio Belarmino, vereador e Sr. Ricardo Baldissera, vereador. Queremos dar-lhes as boas vindas e saudá-los com uma salva de palmas. (Palmas.)

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, nos termos do Art. 100, inciso I, do Regimento Interno, convoco V. Exas. para uma sessão extraordinária a realizar-se hoje, às 19 horas, com a finalidade de apreciar a seguinte Ordem do Dia:

\*\*\*

- NR - A Ordem do Dia para a 28a sessão extraordinária foi publicada no D.O. de 07/06/18.

\*\*\*

O SR. PRESIDENTE - DOUTOR ULYSSES - PV - Tem a palavra o nobre deputado Welson Gasparini.

O SR. WELSON GASPARINI - PSDB - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, telespectador da TV Alesp, visitantes, funcionários desta Casa: venho a esta tribuna falar sobre um assunto que reputo de grande importância.

A “Folha de S. Paulo”, jornal de grande circulação, apresenta hoje, em suas páginas, uma manchete que, sem dúvida alguma, deixa-nos todos angustiados. Esta manchete diz: o assassinato de jovens cresce e 325 mil mortes são registradas em um período de 11 anos.

Srs. Deputados e Sras. Deputadas: a notícia diz que o número de homicídios de jovens, de 15 a 29 anos no Brasil, cresceu 23% nos últimos 10 anos, quando atingiu o pico da série histórica com 33.590 vítimas nessa faixa etária.

Com isso, senhoras e senhores, em 11 anos o Brasil enterrou 324.967 jovens assassinados, quantidade equivalente à soma, por exemplo, das populações dos bairros de Copacabana, Ipanema, Leblon e Botafogo, no Rio de Janeiro.

Os dados constam do Atlas da Violência 2018, uma publicação do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Essas estatísticas nos deixam angustiados. Para o total da população, não são menos dramáticas essas estatísticas. Em 2018, o País bateu um novo recorde no número de homicídios, com 62.517 assassinaatos, o que se traduz na taxa, também recorde, de 30 mortes para cada 100 mil habitantes, correspondendo a 30 vezes a taxa de homicídios na Europa.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados: o que a classe dirigente deste País está fazendo para enfrentar essa situação? Não podemos dizer que ignoramos esse caso. É uma manchete: “assassinato de jovens cresce e 325.000 jovens são mortos em 11 anos no Brasil”. E o que nós estamos fazendo - quando falo “nós”, refiro-me a políticos e administradores públicos - para enfrentar esta triste realidade?

Infelizmente, muito pouca coisa tem sido feito pela classe dirigente. E além dessa questão da segurança, do assassinato de jovens, de 325 mil mortos em cerca de dez anos, vamos falar também de outro assunto grave: o índice de desemprego no Brasil.

Segundo dados divulgados pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - o desemprego atingiu, no trimestre encerrado em março deste ano, o maior nível desde maio do ano passado. Isso significa: 13 milhões e 700 mil pessoas estão desempregadas no Brasil. Vamos repetir o número: 13 milhões e 700 mil pessoas estão desempregadas no Brasil. Em comparação com o trimestre encerrado em dezembro, o número de desempregados aumentou, no País, em um milhão e 379 mil pessoas.

Ora, meus amigos, minhas senhoras, meus senhores: esses dados estarrecedores sobre a violência l, segurança, oportunidade de trabalho, mercado de trabalho e desemprego no Brasil deveriam estar fazendo com que todos os parlamentos brasileiros - o Senado, a Câmara Federal, as assembleias legislativas - estivessem reunidos, de manhã, de tarde e de noite - discutindo esses temas e buscando saber o que pode ser feito para enfrentar essa triste realidade.

Calculem o que é, em uma casa, em uma família, uma pessoa desempregada. Um chefe de família desempregado, com gente passando fome nessa família; o que esse homem desesperado pode fazer?

É isso que nós estamos vendo: a insegurança em nosso País. Vamos reagir. É um apelo que faço a todos os partidos políticos, a todos os políticos, não importa quais as suas convicções ideológicas. Vamos nos unir e somar forças para enfrentar esta grave situação vivida pela Nação brasileira; inclusive convocando o povo para não ficar parado, exigindo dos governantes enfrentarem essa situação e dando, ao menos, a esperança de dias melhores para todos.

O SR. PRESIDENTE - DOUTOR ULYSSES - PV - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, tem a palavra o nobre deputado Coronel Telhada.

O SR. CORONEL TELHADA - PP - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, assessores, funcionários desta Casa, cabo Flávia, que representa aqui a nossa Polícia Militar, telespectadores da TV Assembleia, cidadãos que nos acompanham pelas galerias, primeiramente, eu quero falar sobre a PEC 5, que foi votada nesta Casa ontem.

Que situação difícil nós passamos no nosso País. Além de todo o problema com a corrupção, com políticos envolvidos em falcatruas, o descrédito da autoridade, nós ainda vivemos uma fase muito chata, uma fase em que as pessoas não procuram saber a realidade das coisas e, além de tomarem algumas atitudes precipitadas, dizem coisas que não sabem.

Por exemplo, ontem nesta Casa nós votamos a PEC 5, e hoje acho que todos os deputados que votaram a favor estão sendo vítimas de críticas nas redes sociais. Eu quero dizer uma coisa a todos que nos ouvem. Qualquer projeto que entre nesta Casa, de qualquer partido, de qualquer deputado, que venha de onde vier, que beneficie pelo menos um funcionário público, terá o meu apoio.

A PEC 5 foi criada para favorecer uma classe que já estava prejudicada há muitos anos. Graças ao teto criado pelo então governador, travou-se totalmente os salários do estado de São Paulo, o que não é justo, porque só São Paulo tinha um teto nesse nível.

Então o deputado Campos Machado fez essa PEC procurando ajustar essa desigualdade que havia, e favorecendo, sim, vários funcionários públicos, e tem o nosso apoio.

Tem o nosso apoio porque vamos valorizar sempre os nossos irmãos funcionários públicos. Muita gente que diz que nós estamos aumentando os nossos salários. Eu não sei se estão falando por desconhecer a verdade, por inocência, às vezes, ou se estão mentindo mesmo, na sacanagem, porque isso é uma grande mentira.

O deputado estadual independe dessa PEC ou de teto para ter aumento ou não no salário. O nosso salário é visto de outra maneira, é feito de outra maneira. A PEC 5 não vai influenciar em nada qualquer salário de deputado.

Então, que fique bem claro que nenhum deputado está recebendo nenhuma vantagem, ou procurando vantagem própria, quando vota nessa PEC. Outra coisa que foi dita, que nós estaríamos favorecendo somente uma classe privilegiada. Não. Eu posso dizer que, desde o dia 15 de março de 2015, quando eu assumi como deputado nesta Casa, praticamente diariamente eu venho a esta tribuna, não só defender, como para solicitar aumento, pedir aumento, não só para a Polícia Militar, mas para todo o funcionalismo público.

Nós pedimos, fizemos projetos, indicações. Estamos diariamente em eventos, reuniões, sempre reivindicando a valorização salarial para os funcionários públicos, em especial para a Polícia Militar.

Então, falar que nós não nos preocupamos com o funcionalismo em geral, que estamos preocupados só com a direção, é outra grande mentira. Repito, qualquer projeto que entrar nessa Casa, que valorize pelo menos um funcionário público, terá o nosso apoio.

Não podemos falar: “se ele for favorecido ele não pode”. Pelo contrário. Nós vamos favorecer todos aqueles que nós pudermos, porque nós valorizamos sim o serviço público aqui.

Quero lembrar que o teto não atinge apenas os fiscais de renda. Atinge a São Paulo, a Educação. Professores serão privilegiados, pesquisadores, médicos, pessoas da área de Saúde. Enfim, de todas as secretarias.

Outra coisa. Quando nós aumentamos o teto, nós automaticamente teremos que aumentar os outros salários, porque há um motivo para se aumentar, mas nós estávamos travados. Estávamos observando um achatamento total de salários. Então, sim, nós vamos valorizar e continuaremos valorizando o funcionalismo público nesta Casa.

Quero dizer o seguinte também aos senhores deputados, nós temos a PEC 2 aqui rodando, que fala sobre a Polícia Militar, especificamente sobre a diferença entre postos e graduações na Polícia Militar.

Nós estamos trabalhando a PEC 2 para diminuir essa diferença para 10% para valorizar todos os postos e graduações na Polícia Militar. Tudo que entrar aqui, tenho certeza, repito, para valorizar o funcionalismo público terá o nosso apoio.

O que estão dizendo, que nós estamos criando um rombo no Estado, é uma grande mentira, porque se Deus quiser, trabalhando forte, principalmente os fiscais, teremos uma arrecadação maior, que estava deixando de ser feita, e teremos valorização e meio suficiente para cobrir todos os gastos do Estado, e São Paulo continuará desempenhando a sua missão como sempre fez.

Eu falei da PEC 5 e falei da PEC 2, do nosso apoio. Para fechar, Sr. Presidente, quero falar, infelizmente, de mais uma fatalidade na Segurança pública, novamente no Rio de Janeiro. Desta vez, um jovem de 25 anos, sargento do Exército brasileiro, foi morto ontem. Esse jovem é o 3º sargento Leandro Aguiar, de 25 anos, que, segundo as informações, foi vítima de tentativa de assalto, só que não roubaram nada. Ele foi encontrado morto dentro do carro dele, ao lado do volante. É uma situação muito estranha.

Mais uma vítima da violência, desta vez o sargento do Exército brasileiro Leandro Aguiar, de 25 anos. Ele servia na Vila Militar, era casado e era músico. Foi mais um jovem - que nem o nosso deputado falou, da violência contra os jovens, do excesso de violência no País - assassinado no Brasil, um jovem, desta vez, das Forças Armadas, que luta pela Segurança pública no Brasil.

Mais uma vez quero dizer às pessoas que nos criticam que pensem antes de criticar, estudem e verifiquem a realidade das coisas, que não fiquem entrando nesse barulho. A imprensa está fazendo um barulho terrível, mas é puramente barulho. Nós estamos aqui para valorizar todos os funcionários públicos.

Então, parabéns a todos que estão sendo beneficiados, a todos os funcionários públicos. Os demais tenham certeza de que nós continuaremos brigando por todos os funcionários. Agora, no caso específico, brigando pela PEC 2, que valoriza as graduações e os postos da Polícia Militar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - DOUTOR ULYSSES - PV - Tem a palavra o nobre deputado Luiz Carlos Gondim.

O SR. LUIZ CARLOS GONDIM - PTB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente e Srs. Deputados, escutei bem o deputado Welson e o deputado Coronel Telhada, que faz sempre um trabalho grande na área de Segurança. Parabéns.

Eu estive pela manhã no lamspe conversando com o Marcio Cidade. O Dr. Marcio Cidade foi até o Palácio para tentar conseguir 150 milhões para terminar o ano, para o lamspe atender a população. Votei contra o orçamento, porque não quiseram colocar uma emenda ao orçamento de 2018 de pelo menos 100 milhões para terminar o ano. Agora, tem que se tirar do Tesouro esse dinheiro para que a população continue sendo atendida, os funcionários públicos.

Eu dei uma ideia, e acabei de falar com o Biale e com o Marcio Cidade, para que comecem a pagar a contrapartida do governo: 0,25, um ano ou dois anos; depois passa para 0,50; até chegar a 2% de cada um. Qual é o rombo? Se são arrecadados 80 milhões dos funcionários públicos, e o gasto é de 90 ou 100 milhões por mês para atender a população, os funcionários públicos, então tem um rombo. Tem que fazer um estudo de onde está esse rombo e ter a contrapartida do governo. Nós não temos mais saída. Para nós, não temos essa contrapartida. O que acontece é que de todo funcionário público, inclusive nós, são descontados 2% para o lamspe. Essa contrapartida do Governo do Estado não vem, e eles ficam empurrando isso. O próprio governador Covas fez isso, o Geraldo, o Serra. Está na hora de ser visto. Começa com aquela tese que foi levantada pelo Jamil Murad que dizia para começar com 0,25, passando para 0,50, para 0,75 e para 1,00 por cento. Em oito anos, nós vamos chegar aos 2%, que seria a contrapartida igual ao que paga o funcionário público.

Então estivemos conversando sobre isso, e eu fui falar sobre isso porque pedi o aumento de teto para algumas cidades, para o atendimento laboratorial na região de Jales, para o atendimento da Santa Casa de Mogi das Cruzes, para aumentar leitos para a população.

Imaginem uma população acima de 60 anos formada por professores e funcionários públicos de uma maneira geral que, para fazer uma cirurgia, uma colonoscopia, uma esofagogastro-duodenoscopia, tem que sair de Mogi das Cruzes e vir até São Paulo para saber em que clínica isso pode ser feito e se pode ser feito lá em Mogi das Cruzes. A mesma coisa acontece em São José do Rio Preto e em Ribeirão Preto.

O lamspe precisa ser cuidado com mais carinho, pois os funcionários públicos precisam desse atendimento. Nós temos que continuar brigando por isso. Deputado Carlos Giannazi, parabéns por essa sua luta em relação à Educação, mas esse problema do lamspe diz respeito a todos os funcionários. Essa contrapartida do governo tem que existir.

Agora está lá, tentando esses 150 milhões para ultrapassar julho, chegar a outubro e dizer assim: “Agora estou zerado e consigo terminar o ano”. Isso acontece porque os pagamentos de outubro só são feitos de janeiro a dezembro, eles são pagos sempre com atraso de três meses, senão não terminaria o ano. Isso é falta de planejamento. O deputado Welson Gasparini falava da falta de planejamento, e o desemprego é a falta de planejamento do País. Nós não fizemos planejamento nenhum.

Aproveitando a chegada do deputado Marcos Damasio, quero dizer que, em relação a Mogi-Dutra, o governador Geraldo Alckmin foi lá, lançou a pedra fundamental e disse que ia começar a obra em janeiro, mas não se começou a obra. Hoje, o jornal está dando um pau nos três deputados de Mogi das Cruzes. Aliás, somos quatro deputados, porque o Estevam Galvão é de Suzano, o André do Prado é de Guararema, e o Marco Damasio e eu somos de Mogi das Cruzes.

O término da Mogi-Dutra, da Aírton Senna até Arujá, foi prometido. É um dinheiro de empréstimo, nós votamos isso nesta Casa. Estão à disposição 144 milhões, a obra foi licitada por 122 milhões. Não existe um canteiro pronto para iniciar a obra, e a Mogi-Dutra representa um fluxo muito grande que vem do Vale do Paraíba para o Porto de Santos, um fluxo que vem de toda a zona leste para Bertioga, para as praias. O que está acontecendo é que a ligação da Dutra para as praias realmente tem um fluxo de veículos muito grande, acima do normal.

Portanto, nós precisamos fazer essa duplicação. Estamos fazendo esse apelo ao governador Márcio França e ao secretário Mondolfo porque precisamos realmente começar essa obra. Eu até fiz um requerimento ontem para saber o que está acontecendo. Se existe o dinheiro e ele está parado, é a licença ambiental? Se for a licença ambiental, vamos trabalhar em cima disso. Tudo no Brasil, e principalmente em São Paulo, atrasa por falta de planejamento. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - DOUTOR ULYSSES - PV - Tem a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público presente nas galerias, telespectadores da TV Alesp, quero manifestar o meu apoio e a minha solidariedade aos professores do município de Poá que estão em greve. Eles entraram recentemente em greve contra os desmandos da prefeitura, que vem arrojando salários.

A prefeitura não vem reajustando os salários, que já estão há muitos anos defasados e achatados por conta da não reposição salarial. No ano passado eu inclusive estive em uma atividade com os professores de Poá. Nós realizamos aqui na Assembleia Legislativa uma audiência pública, porque o prefeito de Poá estava querendo reduzir os salários dos professores, dizendo: “ou faço a redução dos salários ou haverá demissão em massa dos professores”. Trata-se de um verdadeiro absurdo, um atentado contra a Educação e contra o magistério municipal de Poá.

Não restou outra alternativa para o magistério municipal, neste momento, senão a greve. Estamos acompanhando, Sr. Presidente. Espero que o prefeito tenha a dignidade de negociar e atender às reivindicações. Estou aqui com um documento desse movimento dos professores de Poá. Vou até pedir para que esse documento seja publicado no Diário Oficial, de modo que toda a população tenha a clareza e conhecimento do que acontece.

O fato é que estamos acompanhando não só o município de Poá nessa situação, mas outros também, como Cubatão, que também teve uma greve muito forte dos professores, que terminou recentemente. O prefeito de lá, do PSDB, estava atacando os direitos conquistados historicamente pelos professores de Cubatão, inclusive prejudicando a aposentadoria deles e baixando decretos que aumentavam o número de alunos por sala - um verdadeiro absurdo. Isso tem acontecido em várias cidades, principalmente da Grande São Paulo e da Baixada Santista.

A questão de Poá é muito grave. Já estamos acompanhando desde o ano passado. Fizemos uma audiência pública aqui, e o prefeito e alguns vereadores compareceram. Mas a situação lá não foi resolvida ainda, motivo pelo qual os educadores estão mobilizados, defendendo que se cumpra o reajuste salarial e a data-base dos servidores, e que haja mais investimento em Educação.